

## **Educação financeira nos cursos PROEJA no IFSul: instrumento de autonomia e exercício da cidadania**

### **Financial education in PROEJA courses at IFSul: tool for autonomy and the exercise of citizenship**

DOI:10.34117/bjdv7n6-570

Recebimento dos originais: 07/05/2021

Aceitação para publicação: 24/06/2021

#### **Adelaide Marli Neis**

Mestre em Estudos Profissionais Especializados em Educação – especialização em Administração de Organizações Educativas pelo Instituto Politécnico do Porto, Portugal  
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
campus Venâncio Aires

Endereço: Rua Antônio Eick, 56, bairro Goiás. Santa Cruz do Sul/RS  
E-mail: ademneis1708@gmail.com

#### **Marcos André Betemps Vaz da Silva**

Doutor em Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
campus Pelotas - Visconde da Graça  
Endereço: Av. Engenheiro Ildefonso Simões Lopes, 2791, bairro Arco-íris. Pelotas/RS  
E-mail: marcosilva@ifsul.edu.br

#### **RESUMO**

Este artigo aborda o tema da educação financeira como elemento importante no desenvolvimento da autonomia e exercício da cidadania pelos estudantes do ensino técnico integrado PROEJA do IFSul, trazendo um conceito abrangente deste tema, relacionando informações nacionais e recomendações internacionais com a Base Nacional Comum Curricular, os objetivos do PROEJA e os objetivos estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos integrados PROEJA do IFSul. Um questionário foi aplicado para identificar junto aos coordenadores dos cursos o grau e a forma de abordagem da educação financeira, bem como a justificativa para não estar presente nas salas de aula. Os resultados obtidos apontam para a existência de diversas ações e abordagens, além de oportunidades de melhoria como a inclusão no currículo dos cursos e ampliação dos conteúdos. Apresenta ainda os benefícios e as limitações para a implementação da educação financeira nas escolas e a importância desta para os jovens e adultos que buscam, além da qualificação profissional, a possibilidade e o direito ao pleno exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Educação financeira, PROEJA, ensino médio, educação profissional.

#### **ABSTRACT**

This article addresses the issue of financial education as an important element in the development of autonomy and exercise of citizenship by students of the integrated technical education PROEJA of IFSul, bringing a comprehensive concept of this theme,

relating national information and international recommendations to the Common Curricular National Base, the objectives of PROEJA and the objectives established in the Pedagogical Projects of the integrated technical courses PROEJA of IFSul. A questionnaire was applied to identify with the coordinators of the courses the degree and the approach of financial education, as well as the justification for not being present in the classrooms. The results obtained point to the existence of several actions and approaches, in addition to opportunities for improvement such as the inclusion in the curriculum of the courses and expansion of the contents. It also presents the benefits and limitations for the implementation of financial education in schools and its importance for young people and adults who seek, in addition to professional qualification, the possibility and the right to the full exercise of citizenship.

**Keywords:** Financial education, PROEJA, high school, professional education.

## 1 INTRODUÇÃO

Educação financeira é um processo de aprendizagem onde o indivíduo desenvolve a habilidade de tomar boas decisões financeiras de curto e de longo prazo tanto na sua vida pessoal, quanto na profissional (Carlin e Robinson, 2012; OECD, 2005). Nesse processo ele adquire o conhecimento necessário para lidar com o seu dinheiro ou de seu negócio de forma consciente, livre e capaz.

No mesmo sentido Janisch e Jelinek (2020, p. 4) consideram que “a Educação Financeira seja um processo de ensino e aprendizagem de saberes (conhecimentos, competências, habilidades etc.) necessários e plausíveis para a vida em sociedade na contemporaneidade, suscetíveis ao crescimento social e econômico”.

Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada no período 2008-2009 pelo IBGE indicou que 75,2% das famílias brasileiras sente alguma dificuldade para chegar ao final do mês com seus rendimentos. Em 2017-2018, a POF (IBGE, 2019) identificou que 72,2% da renda das famílias que recebem até dois salários mínimos mensais vai para alimentação, habitação e transporte. Somando outras despesas correntes como medicamentos, aluguel e impostos por exemplo, esse percentual chega até 92,6%, sobrando pouco para essas famílias fazerem investimentos como aquisição ou reforma de imóveis, planejamentos de longo prazo ou até mesmo pagamento de dívidas.

Esses dados revelam a necessidade de abordar temas relacionados à educação financeira nas escolas para que o estudante compreenda o funcionamento do mercado, tenha uma boa relação com o dinheiro e esteja preparado para tomar decisões financeiras cotidianas, fazendo o melhor uso possível dos seus recursos, conhecendo os seus direitos e, além disso, ficar menos vulnerável a fraudes e abusos.

Nesse sentido, após discussões, recomendações e a elaboração de uma estratégia nacional de educação financeira, pode-se considerar um avanço a inclusão deste tema na Base Nacional Comum Curricular ao dispor que

“cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BNCC, 2017, p. 19)”.

A BNCC cita os temas “saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural” (BNCC, 2017, p. 20) como habilidades dos componentes curriculares da educação básica e trata destes temas especificamente na sexta competência geral conhecida como “Projeto de Vida” (BNCC, 2017, p. 9). O Relatório de Cidadania Financeira, publicado a cada três anos pelo Banco Central do Brasil com o propósito de atender ao objetivo de promover a cidadania financeira no país e alinhar suas iniciativas neste sentido, traz um capítulo sobre a educação financeira nas escolas onde afirma que o Projeto de Vida “envolve organização, planejamento, metas, sonhos e aspirações, assuntos que estão no escopo do ensino da educação financeira” (BCB, 2018, p. 123).

A BNCC estabelece dez competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes de modo a assegurar “uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BNCC, 2017, p. 25). Nesse sentido, destaca em seu IV eixo estruturante do ensino médio a educação para o empreendedorismo, que supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações que desenvolvam produtos ou serviços inovadores com o uso das tecnologias (BNCC, 2017), e afirma ainda que “há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual” (BNCC, 2017, p. 568).

Alinhado à BNCC, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) representa uma qualificação social e profissional que permite, além da conclusão do ensino básico, “a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas” (BRASIL, 2007, p. 46) que não tiveram acesso ao ensino médio regular ou que não conseguiram concluí-lo na adolescência.

Neste contexto, este trabalho intenta investigar estas questões no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Os cursos técnicos integrados PROEJA ofertados pelo IFSul tem nos seus objetivos, elencados no Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Integrados em Edificações, Fabricação Mecânica, Administração, Secretariado e Eletrotécnica, um item específico que atende ao que estabelece a BNCC em relação à Educação Financeira: “Contribuir na formação da cidadania, capacitando os alunos para o exercício pleno de seus direitos e para a inserção flexível no mundo do trabalho”. Este objetivo, alinhado com os demais, abre a possibilidade de abordar os diversos conteúdos e assuntos relacionados à educação financeira e educação para o consumo, considerando que essas questões impactam diretamente no exercício da cidadania, na autonomia e na capacidade do indivíduo gerir os seus recursos e tomar decisões financeiras acertadas.

Com base nesses questionamentos e na relevância do tema para os jovens e adultos que buscam a formação técnica integrada ao ensino médio no IFSul, este artigo tem o objetivo central de conhecer a realidade do ensino da educação financeira nestes cursos e salientar a importância e necessidade da educação financeira para o exercício da autonomia e cidadania.

Pretende-se ainda identificar o grau de abordagem dos temas relacionados à educação financeira nos cursos técnicos integrados do PROEJA no IFSul e demonstrar a relevância da educação financeira para que os estudantes estejam aptos a realizar planejamentos financeiros e tomar boas decisões financeiras no decorrer de suas vidas e de seu trabalho após a conclusão do ensino médio.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (na sigla em inglês *Organisation for Economic, Co-operation and Development* – OECD) realizou pesquisas em seus países membros e identificou que os consumidores destes locais apresentam baixo nível de educação financeira e não estão conscientes da necessidade de serem educados financeiramente. A partir desses resultados, publicou em 2005 (OECD, 2005) princípios e boas práticas de educação e conscientização financeira e recomendou aos países, tanto membros quanto não membros, que as adotassem, considerando outras questões, destacando que a educação financeira é importante para o consumidor por auxiliar na administração de sua renda, economizar, investir de forma consciente e evitar fraudes.

Posteriormente o governo brasileiro publicou o Decreto n. 7.397/2010 instituindo a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Em junho de 2020 este Decreto foi revogado e publicou-se o Decreto n. 10.393 instituindo a nova ENEF, com o objetivo de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país. A ENEF é uma política permanente de estado e o seu desenvolvimento se dá através da “educação financeira nas escolas, educação financeira para adultos em situação de vulnerabilidade – mulheres beneficiárias do Bolsa Família e aposentados do INSS e de programas setoriais”, sendo todas essas ações gratuitas, sem interesse comercial e em âmbito nacional (BCB, 2018, p. 41). O mesmo Decreto também criou o colegiado de articulação da ENEF: Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, tendo o Ministério da Educação como um de seus membros.

D’Aquino (2020, p.1) afirma que “No Brasil, infelizmente, a Educação Financeira não é parte do universo educacional familiar. Tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola”. Para Souza (2012, p.65) a educação financeira no Brasil tem um conceito distorcido e até muitos livros relacionados ao tema são classificados como de auto ajuda, por isso destaca que educação financeira é tudo o que se aprende através do dinheiro: “resolver problemas, fazer escolhas, a capacidade de doar seu tempo e talento, capacidade de planejamento e o princípio da ética”. É na família que se aprendem os primeiros conceitos sobre ganhar e gastar dinheiro, mas a escola é parte importante na disseminação e no aprofundamento dos conhecimentos, assim como no desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia.

A Base Nacional Comum Curricular deixa clara a questão da formação humana integral, pois:

“é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica” (BNCC, 2017, p.7).

A BNCC traz em seu bojo a temática da educação financeira tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, tratando-a como tema transversal e integrador, permeando as disciplinas de matemática, língua portuguesa, geografia e ciências. No ensino médio estes temas serão aprofundados com o propósito de preparar os estudantes para um mundo cada vez mais dinâmico, empreendedor e globalizado.

A importância desse processo de aprendizagem é ainda mais evidente aos estudantes dos cursos técnicos integrados PROEJA, tendo em vista o público destes cursos, formado na maioria das vezes por indivíduos adultos e que já estão no mercado de trabalho diante de inúmeros desafios para administrar as suas finanças.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e era chamado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. De acordo com o Ministério da Educação (MEC)<sup>1</sup>, sua criação foi uma forma de atender à demanda de jovens e adultos por educação profissional técnica de nível médio da qual estavam excluídos assim como, muitas vezes, do próprio ensino médio.

Moura e Henrique (2012, p.2) entendem que o PROEJA “visa oferecer oportunidades educacionais tanto a jovens e adultos que ainda não finalizaram o ensino fundamental, como àqueles que já o completaram, mas que não concluíram nem o ensino médio nem um curso que os habilite em uma profissão técnica de nível médio”.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é entendida, ao mesmo tempo, como modalidade de ensino e como estratégia de formação continuada das pessoas. Tem as funções reparadora e equalizadora, por meio das quais o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000 atribui o caráter de fazer cumprir o dever do Estado para assegurar o direito de todos à educação reduzindo a desigualdade entre os que tiveram e aqueles aos quais o acesso foi impossibilitado, associadas à função qualificadora, a qual o Parecer destaca como sendo o verdadeiro sentido da EJA, ao compreender a perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania através do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho.

Quanto às finalidades do ensino médio, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) as define como:

---

<sup>1</sup> <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em 18/10/2020.

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. [...] (BRASIL, 1996, Art. 35).

Vaidergorn (2000, apud Pelicioli 2011, p. 22) afirma que “a cidadania se vincula diretamente à educação”. O exercício da cidadania pelos estudantes do PROEJA passa, necessariamente, pela questão financeira. O não conhecimento acerca de suas próprias finanças impede que se exerçam plenamente os direitos e deveres inerentes à condição de cidadão brasileiro. Não há que se falar em pleno exercício da cidadania, o qual decorre das condições oferecidas pelo Estado e pela própria sociedade, sem estar provido das condições básicas previstas na Constituição Federal de 1988 como moradia digna, saúde, educação, trabalho e liberdade. Nessa mesma linha o Banco Central do Brasil (2018, p.7) define cidadania financeira como “o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros”, que dar-se-á por meio da inclusão financeira, da educação financeira, da proteção ao consumidor de serviços financeiros e da participação das pessoas em debates sobre o sistema financeiro. Estabelece ainda as relações entre cidadania financeira e sete dos dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)<sup>2</sup> lançados pela ONU em 2015: “erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; igualdade de gênero; trabalho digno e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; e redução das desigualdades” (BCB, 2018, p. 9 e 10).

Esses objetivos estão igualmente conectados com a autonomia - termo que indica a aptidão e a capacidade do indivíduo em gerir a sua própria vida utilizando-se dos seus próprios meios, vontades e/ou princípios e tem como antônimo as palavras dependência e servidão<sup>3</sup>- dos indivíduos, pois a educação financeira está diretamente relacionada ao bem-estar financeiro através de “temas como formação de poupança, gestão dos gastos e uso do crédito, e planejamento financeiro para o alcance de metas e para o futuro” (BCB, 2018, p. 51).

<sup>2</sup> A lista dos ODS está disponível em: [http://www.agenda2030.com.br/os\\_ods/](http://www.agenda2030.com.br/os_ods/).

<sup>3</sup> Dicionário online de português. Disponível em <https://www.dicio.com.br/autonomia/>. Acesso em 30/12/2020.

Analisando a realidade brasileira, a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo IBGE (2019) identificou que as despesas com alimentação, habitação e transporte correspondem a 72,2% da renda das famílias brasileiras que recebem até dois salários mínimos mensais, exigindo um controle e planejamento bastante eficiente para permitir que essas famílias possam adquirir algum patrimônio ou quitar suas dívidas. Ressalvado que se trata de uma média, para as famílias com rendas mensais até R\$ 1.908,00 essas despesas impactam de maneira ainda mais contundente no orçamento doméstico do que naquelas famílias com rendas acima de R\$ 23.850,00.

“A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF visa, principalmente, mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos” (IBGE, 2020, p.7).

Como é possível falar em autonomia, em adquirir sua casa própria, estudar, realizar sonhos ou até mesmo planejar uma aposentadoria tranquila se a renda das pessoas está quase que inteiramente comprometida com itens básicos?

Pelicioli (2011, p.58) destaca que “a Educação Financeira assume um caráter essencial na vida das pessoas, uma vez que proporciona planejamento para que o futuro seja previsível, sem que pequenos percalços atrapalhem completamente a vida econômica familiar de cada um”. Já D’Aquino (2008) diz não há um só modo correto de lidar com as finanças. Por isso, é tão importante a capacidade de compreender qual o melhor caminho para realizar aquilo que se almeja e de traçar as estratégias para chegar onde pretende.

Entramos assim na seara do planejamento financeiro e, consideradas todas essas características e reflexões, tratamos da educação financeira e os temas que a permeiam no âmbito dos cursos técnicos integrados do IFSul.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Uma pesquisa pode ser definida quanto aos fins e quanto aos meios, de acordo com Vergara (1998). A pesquisa realizada buscou identificar e compreender os motivos e a forma dos cursos abordarem ou não os temas relacionados à educação financeira, por isso foi classificada como explicativa quanto aos fins. Quanto aos meios, a pesquisa foi realizada no local onde transcorrem as aulas, caracterizando-se como estudo de campo, que busca mais “o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das



características da população” Gil (2008, p. 57), e cuja análise dos resultados é principalmente de natureza qualitativa.

População da pesquisa é um conjunto de elementos “que possuem as características que representam o objeto de estudo” (Vergara, 1998, p. 48). A população desta pesquisa será os cursos técnicos integrados PROEJA do IFSul, também considerados como amostra da pesquisa. Inicialmente foram identificados cinco cursos, ofertados pelos *campi* Pelotas, Charqueadas, Sapucaia do Sul, Sapiranga e Venâncio Aires. A pesquisa foi realizada através de um questionário com 15 questões, sendo 9 de resposta direta e 6 de resposta indireta, o qual foi enviado aos coordenadores destes cursos, que estão aptos a identificar os temas da educação financeira dentro dos conteúdos ministrados nos cursos e fornecer uma visão do contexto geral destes temas e a sua abordagem em sala de aula. Em virtude da suspensão das atividades presenciais no IFSul devido à pandemia do novocorona vírus Covid-19 os contatos foram integralmente realizados de forma virtual. Após a concordância dos coordenadores em participar da pesquisa foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, juntamente com o questionário elaborado de modo a alcançar os objetivos propostos.

Quanto aos resultados, optamos por não utilizar nenhuma metodologia de análise, tendo em vista que foram poucos participantes na pesquisa e, portanto, é possível considerar todas as respostas nos resultados apurados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O questionário buscou apurar o quantitativo de estudantes atendidos pelos cursos, a visão dos coordenadores sobre a Educação Financeira, se e como ela é trabalhada nas turmas do PROEJA e, em caso negativo, porque não é abordada. Participaram da pesquisa três coordenadores, dos cinco contatados. As perguntas com respostas diretas e suas respectivas respostas estão discriminadas na tabela 1. Cabe salientar que as questões 1 e 2 foram realizadas para todos os coordenadores, entretanto, aqueles que escolheram a opção SIM para a questão 2 responderam as questões 3 até 10, enquanto o coordenador que escolheu a opção NÃO à questão 2 respondeu às perguntas 11 e 12.

Tabela 1 – Resultados das questões objetivas

Pergunta	Quantos responderam	Respostas
1. Quantos estudantes estão matriculados atualmente no Curso técnico integrado EJA?	3	237 23 113
2. É trabalhado o tema educação financeira, alfabetização financeira ou quaisquer outros temas que desenvolvam conteúdos voltados ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em relação às finanças pessoais?	3	Sim: 2 Não: 1 Não sei especificar: 0
3. Está descrito em um plano de ensino o que é trabalhado com os estudantes em relação à educação financeira?	2	Sim: 1 Não: 1 Não sei especificar: 0
4. A educação financeira é tratada:	2	Juntamente com outras disciplinas: 2 Como disciplina específica: 0 Outros: 0
5. Marque as opções que representam os assuntos abordados em sala de aula:	2	Organização do orçamento pessoal ou familiar: 2 Planejamento financeiro pessoal ou familiar: 2 Consumo consciente/consumismo: 2 Independência financeira: 1 Poupança / investimento: 0 Endividamento pessoal ou familiar: 2 Outro assunto relacionado ao tema: 0
6. O conteúdo abordado está relacionado com os itinerários formativos descritos na BNCC e a construção do Projeto de Vida dos estudantes?	2	Sim: 1 Não: 0 Não sei especificar: 1
7. Os estudantes são incentivados a aplicar os conceitos aprendidos no curso em suas casas, com sua família?	2	Sim: 2 Não: 0 Não sei especificar: 0
8. Há alguma adaptação de conteúdos e abordagens em função dos estudantes quanto à localização do <i>campus</i> , agentes econômicos diversos ou questões culturais?	2	Sim: 2 Não: 0 Não sei especificar: 0
9. O <i>campus</i> já participou de alguma ação de disseminação da educação financeira?	2	Sim: 2 Não: 0 Não sei especificar: 0
10. O curso ou os professores tem acesso ao material didático disponibilizado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)?	2	Sim: 0 Não: 0 Não sei especificar: 2
11. Já teve alguma iniciativa por parte do curso no passado para trabalhar a educação financeira?	1	Sim: 1 Não: 0
12. Se fosse necessário trabalhar hoje a educação financeira com seus estudantes, o curso estaria preparado?	1	Sim: 0 Não: 1

Fonte: Dados da pesquisa.

Inicialmente procurou-se identificar o quantitativo de estudantes atendidos pelos cursos técnicos integrados PROEJA para inferir sobre a representatividade destes no total de estudantes da instituição de ensino. O total de alunos informado foi 373 e assim não

foi possível analisar nem estabelecer comparativos, pois nem todos os coordenadores responderam.

A abrangência do tema educação financeira foi estabelecida na segunda pergunta da tabela 1: É trabalhado o tema educação financeira, alfabetização financeira ou quaisquer outros temas que desenvolvam conteúdos voltados ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em relação às finanças pessoais? Dos três respondentes dois responderam que sim e um conclui que não. Dos dois que responderam sim apenas um afirmou que o tema consta no plano de ensino do curso e outro afirmou que não consta. De acordo com Machado (2011, p. 45) “é importante documentar as práticas de educação financeira” além do que o plano de ensino é um documento norteador de grande importância dentro da instituição. Questionados quanto a forma como o tema é tratado nas turmas os dois responderam que é trabalhado juntamente com outras disciplinas. A própria BNCC (2017, p. 19 e 20) define como mais apropriado trabalhar o tema de forma transversal, em mais de uma disciplina, podendo ser abordado em Matemática, Geografia, História, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes.

Já em relação aos assuntos que são abordados em sala de aula ambos destacaram a organização do orçamento pessoal ou familiar, o planejamento financeiro, consumo consciente e o endividamento, enquanto apenas um afirmou abordar questões relacionadas à independência financeira. Por outro lado, poupança/investimentos não foi citado por nenhum dos coordenadores. Esse resultado demonstra que as diversas abordagens que caracterizam a educação financeira e educação para o consumo estão presentes, mas existe a possibilidade de contemplar outros aspectos presentes na ENEF e no Projeto de Vida (BNCC).

Quando o assunto é a relação entre os assuntos abordados no curso e a BNCC, um coordenador entende que existe essa relação e o outro não soube especificar. Embora não haja na BNCC um olhar específico para a EJA, prevalece a visão do Ministério da Educação/Inep que esta faz parte da educação regular a partir do momento em que a Constituição Federal de 1988 garantiu a todos o direito de aprendizagem e que as suas especificidades da EJA devem ser discutidas dentro dos currículos.

Considerando a importância de relacionar aquilo que é abordado em sala de aula com a prática e com a experiência dos estudantes para potencializar a aprendizagem de jovens e adultos e disseminar seus conhecimentos a seus familiares, perguntou-se se os alunos são incentivados a aplicar os conhecimentos sobre educação financeira nas suas famílias, ou suas casas, ao que os dois coordenadores responderam que sim.

Outra questão importante na EJA é considerar as características locais ou regionais que interferem no aprendizado dos estudantes. A OECD (2005, p. 8) recomenda “promover uma educação financeira que crie diferentes programas específicos para subgrupos específicos de investidores/consumidores (por exemplo, jovens e grupos menos escolarizados ou menos favorecidos)” e relacionada com as circunstâncias individuais. Nesse sentido, questionou-se sobre a adaptação de currículos e abordagens à realidade quanto à localização do campus, agentes econômicos diversos e questões culturais. Nessa questão os dois respondentes afirmaram que sim, os currículos são adaptados.

É interessante destacar que os dois respondentes citaram exemplos de ações de disseminação da educação financeira nos *campi* que abrangem diversos conceitos e práticas sobre o tema como Feira de Economia Solidária, Oficinas, Banco de Trocas e Feirão de Trocas propostas pelos docentes orientadores e protagonizadas pelos estudantes com o apoio dos servidores da instituição. Essas ações são consideradas parte do processo de compartilhamento de conhecimentos e incentivo às gerações futuras, assim como ferramenta de avaliação dos resultados da educação financeira.

A ENEF disponibiliza no seu sítio eletrônico diversos materiais didáticos chancelados pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica, separados por nível de ensino, para serem utilizados nas aulas de educação financeira, além de jogos, vídeos e outros itens. No entanto, ao serem questionados quanto ao acesso dos professores ou do curso a estes materiais, os dois coordenadores não souberam especificar.

Perguntados sobre qual é, na sua concepção, o objetivo da educação financeira nos cursos PROEJA, obtivemos as seguintes respostas:

- Desenvolver a autonomia do educando também no aspecto financeiro, objetivando o pleno exercício da cidadania e a completa inclusão social.
- Pelo que sei essa temática é desenvolvida na área da matemática e também na área profissional.
- A gestão das finanças pessoais e familiares do sujeito da EJA.

Esses entendimentos estão muito próximos dos objetivos elencados no referencial teórico, embora existam outras concepções.

Ao coordenador que respondeu que não são trabalhados temas relativos à educação financeira foi solicitado que detalhasse os principais motivos para isso. A resposta obtida foi que não saberia especificar, pois talvez esta demanda não tenha sido detectada. Esse entendimento não é exclusivo do sujeito questionado, eis que estudo

realizado por Machado (2011) com escolas públicas e privadas de todos os níveis de Porto Alegre chegou a justificativas semelhantes para a não adoção da educação financeira em seus conteúdos. Machado (2011) destaca como principais razões o fato de não constar em documentos formais e a falta de treinamento dos professores na área.

Quanto a já ter havido alguma iniciativa por parte do curso no passado para trabalhar a educação financeira o coordenador respondeu que sim, por iniciativa de um professor em disciplina que tratava de matemática financeira e abordou um pouco do tema. Essa resposta evidencia a profunda relação entre a disciplina de matemática e a educação financeira, inegável nos diversos níveis e modalidades de ensino, e sugere a possibilidade de abordagem deste tema de forma inter/multidisciplinar, aumentando a abrangência e aprofundamento da educação financeira e educação para o consumo nos cursos técnicos integrados.

Em seguida foi perguntado se o curso estaria preparado para abordar o tema nas turmas se fosse necessário ao que respondeu que seriam necessárias adaptação ao currículo do curso para que isso fosse possível.

Por último, perguntou-se a todos os respondentes se havia mais algum ponto que o coordenador quisesse compartilhar e que não fora abordado na pesquisa. Houve um agradecimento por trazer o tema educação financeira, informando que o mesmo será abordado em proposições futuras na EJA do *campus*.

Alguns fatores limitaram a abrangência desta pesquisa: prazo exíguo para elaboração e apresentação do trabalho e coincidente com as atividades de final de ano dos cursos, dificuldade em contatar com estudantes e docentes devido às atividades remotas realizadas pelo IFSul durante o período disponível para elaboração deste trabalho e o fato de não ter obtido as respostas de todos os coordenadores ao questionário.

De um modo geral, os resultados obtidos corroboram o Relatório de Cidadania Financeira (BCB, 2018, p. 60) ao concluir que “a disseminação da educação financeira pode ser uma das saídas para estimular o hábito de poupar entre os brasileiros, que, apesar de ter apresentado evolução nos últimos anos, continua sendo baixo” e inserir esse tema entre os assuntos abordados em salas de aula é uma das possibilidades para que ocorra essa disseminação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, país que historicamente apresenta deficiência na aprendizagem de leitura e matemática, implementar a educação financeira no sistema educacional é um

desafio. Para se obter soluções efetivas na educação profissional as políticas governamentais precisam considerar também os diversos aspectos que caracterizam o PROEJA.

Identificamos alguns benefícios para a educação financeira na escola como auxiliar no estabelecimento de pequenas empresas ou negócios, evitar o superendividamento a que as famílias de baixa renda estão expostas, propiciar maior confiança ao tratar de assuntos financeiros e proteção contra imprevistos, propagandas enganosas, juros exorbitantes, fraudes e abusos.

Por outro lado, alguns fatores culturais e psicológicos limitam o alcance da educação financeira (Araújo e Souza, 2012) como a dificuldade em estabelecer relações de causa e efeito de longo prazo relacionadas ao próprio comportamento, impulsividade, falta de interesse em aprender e comportamentos arraigados.

Não reside dúvida, portanto, quanto à relevância de se trazer este tema para debate nos cursos PROEJA, eis que é importante despertar para a abrangência da educação financeira, levando-a muito além da matemática financeira e do paradigma que apenas estudantes de famílias de classe alta ou média alta precisam aprender sobre isso, eis que se infere que os demais não terão condições de realizar investimentos ou poupança ou possibilidade de escolher e planejar seus objetivos ou seus sonhos de longo prazo.

Além disso, quanto mais a educação estiver conectada com os desafios de desenvolvimento e os temas relevantes para as suas vidas, mais os jovens e adultos se interessarão por ela. Considerando a demanda de todos por trabalho e dinheiro, associada à autonomia e ao desejo de consumo, abre-se uma oportunidade para ensinar educação financeira nos cursos PROEJA. A educação financeira vista como recurso estratégico, através do qual as pessoas adquirem a autonomia necessária para tomar decisões frente a situações financeiras no seu dia a dia laboral, produzindo o pensamento crítico e reflexivo necessário à viabilização de pequenos negócios ou grandes sonhos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. **Trabalhos para discussão n. 280.** Educação Financeira para um Brasil sustentável – evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento da sua missão. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>> . Acesso em 03 dez. 2020.

BCB - Banco Central do Brasil. **Relatório de Cidadania Financeira.** Brasília, 2018. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira\\_BCB\\_16jan\\_2019.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf)>. Acesso em 02 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 06 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em 26 nov. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer n. 11, de 10 de maio de 2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2000, Seção 1, p. 18. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf)>. Acesso em 18 out. 2020.

BRASIL. **Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005.** Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm)>. Acesso em 18 out. 2020.

BRASIL. **Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006.** Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm)>. Acesso em 18 out. 2020.

BRASIL. **PROEJA – Programa de Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, 2007. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja\\_medio.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf)> . Acesso em 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.892 de 28 de dezembro de 2008.** Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2008. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm)>. Acesso em 18 out. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 7.397 de 22 de dezembro de 2010.** Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2010. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm)>. Acesso em 23 nov. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, Brasília, 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 31 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 10.393 de 09 de junho de 2020**. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2020. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10)>. Acesso em 23 nov. 2020.

CARLIN, B. I.; ROBINSON, D. T. What does financial literacy training teach us? **The journal of economic education**, Cambridge-MA v. 43, n. 3, p. 235-247, jul. 2012. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220485.2012.686385>> Acesso em 03 set. 2020.

D'AQUINO, C. **Educação Financeira: como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Site de Cássia D'Aquino**. E o que é Educação Financeira? Disponível em <<http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/513>>. Acesso em 29 nov. 2020.

ENEF. **Site da Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em 23 out. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13846-asi-pof-2008-09-mostra-desigualdades-e-transformacoes-no-orcamento-das-familias-brasileiras>>. Acesso em 03 dez. 2020.

IBGE. **Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Famílias com até dois salários gastam 61% do orçamento com alimentos e habitação. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25606-familias-com-ate-dois-salarios-gastam-61-do-orcamento-com-alimentos-e-habitacao>>. Acesso em 12 dez. 2020.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 110 p. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101761>>. Acesso em 20 jan. 2021.

JANISCH, A. B. L.; JELINEK, K. R. Explorando a educação financeira no ensino fundamental: um estudo de possibilidades a partir das orientações da BNCC. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 48324-48342, jul. 2020. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13478/11296>. Acesso em 20/12/2020.



MACHADO, D.R. **Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 73p.

MOURA, D. H.; HENRIQUE, A. L. S. PROEJA: entre desafios e possibilidades. HOLOS, v. 2, p. 114-129, maio 2012. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>>. Acesso em 17 out. 2020.

OECD. Organisation for Economic, Co-operation and Development. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness: Recommendation of the Council**. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2020.

PELICIOLI, A. F. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 131p.

Projeto Pedagógico do Curso técnico integrado em Administração / EJA. **Site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Disponível em <<http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/44>>. Acesso em 15 nov. 2020.

Projeto Pedagógico do Curso técnico integrado em Edificações / EJA. **Site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Disponível em <<http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/208>>. Acesso em 12 nov. 2020.

Projeto Pedagógico do Curso técnico integrado em Eletrotécnica / EJA. **Site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Disponível em <<http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/243>>. Acesso em 15 nov. 2020.

Projeto Pedagógico do Curso técnico integrado em Fabricação Mecânica / EJA. **Site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Disponível em <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/37>>. Acesso em 12 nov. 2020.

Projeto Pedagógico do Curso técnico integrado em Secretariado / EJA. **Site do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**. Disponível em <<http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/curso/159>>. Acesso em 12 nov. 2020.

SOUZA, D.P. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis). Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte-MG. 76 p.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Atlas, 1998.